

# **Escrituras de gênero e políticas de différance: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar**

**Rodrigo Borba**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Adriana Carvalho Lopes**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** Em 2015, rumores de que o Colégio Pedro II havia instituído o uso do X como forma de apagar a diferença de gênero (gramatical e social) motivaram guerrilhas linguísticas (Cameron, 2012) entre especialistas e usuárixs comuns da linguagem. No mesmo ano, durante a semana de integração LGBT da UFRRJ, cartazes com desestabilizações linguísticas semelhantes afixados nas portas dos banheiros do campus causaram revolta entre discentes, docentes e funcionárixs. Nesse contexto, em diálogo com Derrida, aqui investigamos os discursos que o apagamento do gênero (gramatical) provocou na mídia e em instituições de ensino com o intuito de analisar a relação entre língua, sociedade, cidadania e letramentos. As análises partem do pressuposto de que a língua (e, sobretudo, aquilo que fazemos com ela e dizemos sobre

ela) não pode ser vista como questão secundária se quisermos entender momentos históricos de turbulência social e política. Argumentamos que essas intervenções semióticas bagunçam as convenções linguísticas e o cotidiano escolar e, ao desafiar relações de poder, abrem possibilidades de “fazer a diferença”, de repetir a realidade de uma forma distinta, de (re)imaginar futuros e de (re)desenhar territórios de forma que estes não fiquem encerrados em práticas e conceitos fixos, puristas e acabados.

**Palavras-chave:** gênero social; ideologias linguísticas; letramentos; desconstrução; *différance*

**Title:** Gender writing and politics of *différance*: verbal filth and intervention literacies in schools daily life

**Abstract:** In 2015, rumours about the fact that Colégio Pedro II had established the use of the letter X as a strategy to erase (grammatical and social) gender triggered linguistic guerilla wars (Cameron, 2012) among experts and language users. In the same year, during the LGBT week at the UFRRJ, signs with similar linguistic disruptions the organizers of the event had put up on the doors of the restrooms around campus provoked revolt among students, faculty members and other employees. In this scenario, in a dialogue with Derrida, we investigate discourses about the erasure of (grammatical) gender in the mainstream media and in teaching institutions. Against this backdrop, we aim to analyse the relationship between language, society, citizenship, and literacies. Grounded on the analytical assumption that language (and, above all, what we do with it and speak about it) cannot not be sidelined if we want to understand historical moments of political and social turbulence, we argue that these semiotic interventions mess up with linguistic conventions and school’s everyday life and,

thus, challenge power relations. We conclude that these linguistic interventions may open up possibilities to “make a difference”, to repeat reality in different ways, to (re)imagine futures and to (re)design territories in ways that liberate them from fixed, purist and well-circumscribed concepts and practices.

**Keywords:** gender; language ideologies; literacies; deconstruction; *différance*

Quando eleita para a presidência do Supremo Tribunal Federal, em 2016, a ministra Cármen Lúcia, ao ser perguntada por Ricardo Lewandowski como deveria ser chamada, respondeu, com um sorriso indisfarçavelmente venéfico: “Eu fui estudante e tenho amor pela língua portuguesa. Então, eu acho que o cargo é de presidente”. Logo em seguida, outro ministro afirmou que ela seria uma “presidenta inocenta”.<sup>1</sup> Todxs<sup>2</sup> riram. O posicionamento linguístico de Cármen Lúcia soava como uma resposta aos discursos de Dilma Rousseff, que a partir sua posse como líder do executivo em 2011, se autoproclamou “presidenta” do Brasil. Um detalhe aparentemente trivial da língua portuguesa, o gênero gramatical, foi, desde então, foco de acalorados debates. Especialistas e leigxs mantiveram longas

---

<sup>1</sup> Sessão plenária de 10 de agosto de 2016, semanas antes do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h9qu3vaR1EY>

<sup>2</sup> Por motivos que ficarão óbvios no decorrer deste artigo, utilizamos a letra X ao invés do masculino genérico.

contendas sobre o uso “correto” do termo. Linguistas, com todo seu detalhamento técnico e objetividade científica, afirmavam que “presidenta” faz parte do léxico da língua e é, portanto, correto. Já os discursos leigos revelavam questões mais profundas sobre a relação entre língua e política.

Aquelxs que rejeitaram a desinência feminina do substantivo saíram em defesa do bom português e deixavam claro seu posicionamento político contra o governo moderadamente de esquerda de Rousseff: “quer destruir nossa língua assim como quer destruir nosso país”. Por outro lado, aquelxs que passaram a utilizar “presidenta” afirmavam que se fazia necessário enfatizar o fato de que pela primeira vez o Brasil era governado por uma mulher, afirmando, assim, que mudanças na estrutura social traziam modificações na estrutura da língua.<sup>3</sup>

Apesar dos quiproquós que a aparição do termo presidenta causou, linguisticamente, não há inovação alguma aqui. O amor desenfreado da ministra Cármen Lúcia e de tantxs outrxs brasileirxs causou cegueira, por assim dizer: o item lexical existe há pelo menos mais de um século, desde que Machado de Assis o usou em *Memórias Póstumas de Brás*

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que, com poucas exceções, a grande mídia manteve o uso de presidente ao se referir à Rousseff. Uma rápida pesquisa nos periódicos de alcance nacional revela que somente aqueles com identificação política de esquerda faziam uso do termo “presidenta”, mas isso ainda requer uma investigação mais sistemática.

*Cubas*. Está dicionarizado desde o século XIX para se referir não só à “mulher do presidente”, mas também “àquela que preside” (Houaiss, 2001). E no nível legislativo, desde 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek promulgou a lei 2.749/1956 que obriga a utilização do gênero gramatical feminino na designação de cargos públicos. A novidade linguística que causou tanta comoção sobre o certo e o errado no português e tantos julgamentos sobre a capacidade intelectual da presidenta Dilma, não era tão novidade assim. O novo, de fato, era uma mulher ocupar um cargo que sempre fora masculino, o que fez com que o termo parecesse novo. O litígio em torno da presidenta foi, assim, motivado por um purismo e a misoginia que é estruturante da sociedade brasileira. A categoria gênero, no entanto, foi raramente levada em consideração em análises sobre a conjuntura política atual do país (ver, no entanto, BORBA, no prelo).

O caso da presidenta ilustra que o gênero gramatical, um fenômeno linguístico pouco problematizado tanto em análises prescritivas, quanto descritivas do português, é tão naturalizado que qualquer deslize em seu uso, qualquer fissura no sistema da língua, é punido com escárnio. Os debates acirrados sobre o termo “presidenta” fornecem um bom exemplo das questões que estudamos neste artigo: (1) inovações de gênero gramatical e (2) os discursos e ações que os rodeiam e (in)formam seus usos. Por inovações de gênero

gramatical entendemos modificações que mexem na estrutura da língua e bagunçam de certa forma o sistema de gênero que é tido como estável e arbitrário com o intuito de minar a dicotomia de gênero social, o sexismo da língua e evitar o masculino genérico. Essas inovações em si derivam de um impulso politicamente engajado que visa apagar a desigualdade de gênero na língua e na sociedade. Algumas dessas inovações incluem, por exemplo, o uso de estruturas disjuntivas do sintagma nominal (e.g. todos e todas; alunos/alunas; professoras/es etc.), o uso do “@” para substituir a desinência de gênero de substantivos e adjetivos (e.g. tod@s alun@s), o apagamento do gênero gramatical pelo uso da letra X (e.g. todxs aluxs), a generificação gramatical pelo uso de “e” (e.g. todes alunes) dentre outras. Mais especificamente, discutiremos aqui o uso do X e outras intervenções semióticas em contextos escolares. Investigaremos os discursos que o apagamento do gênero gramatical provocou na mídia e em instituições de ensino, com o intuito de analisar a relação entre língua, sociedade, cidadania e letramentos.

### ***X-rated: purismo vs. desestabilização da estrutura linguística***

Kira Hall (2007) observa que o X tem um longo pedigree semiótico. Segundo essa autora, René Descartes introduziu a letra no pensamento matemático para se referir

a quantidades indeterminadas. Mais tarde, no século XVII, em contextos literários e legais, a letra passou a ser usada para substituir o nome de pessoas desconhecidas ou para salvaguardar seu anonimato. Nas artes plásticas, a figura sexualmente agressiva de *Madame X* revestiu a letra com tons de uma sexualidade desmedida. Durante o século 20, comitês de censura nos Estados Unidos passaram a usar essa letra para qualificar filmes inadequados para audiências jovens, i.e. filmes *X-Rated*. Na década de 1990, a indústria pornográfica reavivou essa prática e adotou as categorias *XX-Rated* e *XXX-Rated* para classificar filmes de pornografia *hardcore* e *ultrahardcore*, respectivamente. Hall (2007) observa ainda que mais recentemente a letra “adquiriu nova vida como um símbolo provocativo, senão ameaçador, de coisas que devem ser vigiadas” (p. 1562).

O X, destarte, condensa em si diversas camadas significantes que, como veremos, parecem ser transpostas para a língua: em alguns círculos, entende-se essa intervenção linguística como um ato quase pornográfico que macula a língua e deve ser censurado. Assim como filmes de pornografia, esses usos são classificados como *X-rated*. Apesar dos discursos proibicionistas, o X persiste em vários contextos como forma extrema de negação da dicotomia de gênero. Nesse sentido, o uso do X por coletivos feministas e

LGBTIQ<sup>4</sup>, bem como os discursos sobre seu uso, indicam que isso que entendemos por língua é um terreno movediço, sem pontos fixos de sustentação, um fenômeno repleto de zonas de indeterminação que são rodeadas por práticas de vigilância e punição.

Se até mesmo o gênero gramatical – que sempre foi tido como necessário à língua, pois seria o reflexo incontestável da biologia – tem sofrido turbulências, nada mais garante a tão-desejada estabilidade do social. Contudo, como veremos mais adiante, tais propostas de mudança linguística, ao desessencializar o sistema, provocam inseguranças sobre o social que se materializam em práticas de vigilância da pureza da língua. Vivemos em tempos de grandes mudanças sociais nos quais se testemunha a diluição de certezas. Como dizia Zygmunt Bauman (2004), tudo que parecia sólido se desmanchou no ar. Tudo que parecia absoluto se mostra muito relativo. Tudo que era passível de juízos categóricos do certo e errado evaporou. “Tudo, menos a língua” (Faraco, 2013:266). Nesse contexto, a língua se mostra como o último reduto de certezas. Não mexa com ela. A partir dessa mirada, argumentamos aqui que a língua e, sobretudo, aquilo que fazemos com ela e dizemos sobre ela, não podem ser vistas como questões secundárias se

---

<sup>4</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, *Queer*

quisermos entender momentos históricos de turbulência social e política.

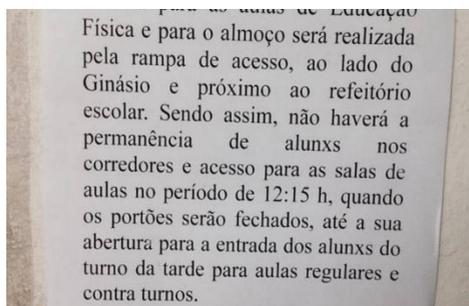
### Fonofalocentrismo e a (des)invenção do português

No dia 22 de setembro de 2015, o jornal *O Globo* noticiou que professorxs do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, passaram a adotar o X para se referir a estudantes sem definir gênero<sup>5</sup>. A notícia mostrava imagens de provas e de cartazes colados nos murais da escola nos quais, em lugar do masculino genérico (convenção adotada para se referir a grupos mistos), uma letra que não carrega desinênciade gênero era usada, como vemos a seguir.



Figura 1

<sup>5</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-do-pedro-ii-adotam-termo-alunxs-para-se-referir-estudantes-sem-definir-genero-17564795>. Acesso em 20 de abril de 2017.



**Figura 2**

O fato, claro, causou comoção entre especialistas e usuárixs comuns da linguagem. Afinal, como uma das instituições públicas de ensino mais tradicionais do país, que estabeleceu em 1898 a gramática nacional como objeto de estudo e cujos professorxs confeccionaram as primeiras gramáticas escolares (SOARES, 2012), poderia encabeçar tal disparate linguístico? Obviamente, o X e outras inovações de gênero gramatical não são, contudo, criação dxs professorxs do Pedro II. Movimentos sociais feministas e LGBTIQ têm há décadas se interessado em como a língua pode ser excludente e opressora ao apagar certas vivências pela obrigação do masculino genérico. Tais movimentos veem a língua como um instrumento importante na luta pela liberação e contra opressões e invisibilizações (CAMERON, 1992; CALDAS-COULTHARD, 2007). No Pedro II, o grêmio estudantil introduziu o X em seus jornais e informes. Sensibilizadx com

o interesse de alunxs nas possibilidades políticas da língua, certxs professorxs fizeram trabalhos interdisciplinares sobre a questão, o que culminou no cabeçalho da prova e no cartaz das figuras acima.

Portanto, a novidade não era o uso do X. O que causou tanto frisson foi seu aparecimento em ambientes escolares, dos quais se espera a padronização da dita norma culta. A publicação dessa notícia motivou um sem-número de práticas de regulação da língua, que analisaremos mais adiante. Por agora, interessa observar que essa guerrilha linguística (CAMERON, 2012) sobre o gênero gramatical indica que mais do que estrutura e sistema abstrato de signos, a língua é um projeto discursivo (WOOLARD, 1998) sobre o qual incidem investimentos políticos, morais e sociais que visam regular sua materialização e uso.

Nesse contexto, nos filiamos a perspectivas atuais nos estudos da linguagem que têm defendido teorizações nas quais se problematiza como o que entendemos por língua (o que a constitui e suas funções sociais) não está circunscrito ao sistema linguístico *per se*, mas ao que usuárixs acreditam o que sua língua seja e como deveria funcionar (WOOLARD, 1998; BAUMAN E BRIGGS, 2003; KROSKRITY, 2004; MOITA LOPES, 2013; CAMERON, 2012; 2014). Afinal, línguas nos dão os recursos para falar e escrever, mas também nos fornecem material para falar e escrever *sobre* elas. Para falar português

(ou francês, inglês, guarani, suaíli, etc.) é preciso inventá-lo de antemão, deixar fluir certos regimes de verdade (FOUCAULT, 1980) que antes de tudo afirmam que ele existe e como deve ser (PINTO, 2013). Em outras palavras, os discursos sobre a língua forjam determinados entendimentos sobre ela e (in)formam as relações que podemos manter com a(s) língua(s) que falamos. Esse trabalho discursivo é empreendido tanto por linguistas, quanto (e, talvez, sobretudo) por usuários comuns em suas vidas diárias que falam e escrevem copiosamente sobre a língua.

Assim como o uso do substantivo “presidenta”, outras intervenções no gênero gramatical da língua causam grande comoção. Aqui, então, nos perguntamos, como e por que o uso do X no colégio Pedro II pôde gerar tanto investimento discursivo? Deborah Cameron (2012) explica que quaisquer modificações no nível da estrutura linguística vêm geralmente acompanhadas de práticas de higiene verbal, definidas pela autora como

um conjunto heterogêneo de discursos e práticas através das quais as pessoas tentam “limpar” a língua e fazer com que sua estrutura ou seus usos se conformem aos seus ideais de beleza, verdade, eficiência, lógica, correção e civilidade. [esse conjunto] não é um empreendimento fútil motivado pelo fracasso em perceber como a língua funciona. Ao invés disso, a higiene verbal é

um *produto* da forma que a língua funciona: é o resultado da nossa capacidade reflexiva e metalinguística que confere à comunicação seu caráter flexível e nuançado. (CAMERON, 2012, p. vii, grifos no original)

Os discursos higienistas sobre a língua não acontecem em um vácuo social. Muito pelo contrário, eles derivam de certa ideologia linguística formada por aquilo que Jacques Derrida (2013[1967]) chamou de *episteme* fonofalocêntrica – uma compreensão filosófica e científica (mas poderíamos dizer, também, um entendimento disseminado no senso comum) que coloca a língua como sendo apenas um espelho, uma “representação” de uma realidade ou de uma verdade ontológica anterior e exterior a ela.<sup>6</sup> Dito de outro modo, tal percepção fornece base para o entendimento de que haveria uma “coisa enquanto tal”, uma “realidade enquanto tal”, uma ontologia que existe, independentemente, daquilo que falamos sobre ela. Uma realidade pura. Cameron (1990) destaca que um dos mitos que constitui não só a linguística, mas a própria sociolinguística (o ramo dessa ciência que pretende unir o estudo da língua e a sociedade) seria de que a língua relaciona-se com a realidade de uma forma especular,

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que em seu projeto de desconstrução Derrida cunha muitos conceitos. Segundo este filósofo (2013[1967]), o termo fonofalocentrismo estipula o som (*fono*) como expressão da alma (a voz do Pai) e foi forjada por filósofos e linguistas homens (*falo*) com sua pretensão de racionalidade e objetividade científica (*logos*).

ou seja, a língua apenas reflete a realidade. Se no mundo real vivemos dicotomicamente como homens e mulheres, como a língua poderia fugir de tal predicamento?

As guerrilhas linguísticas em torno do uso da língua parecem colocar em xeque a perspectiva especular sobre língua/realidade e evidenciar os limites dessa *episteme* fonofologocêntrica, pois mexer com a língua é sempre mexer com algo mais. Nossas preocupações linguísticas ligam-se a questões não-linguísticas, constituem e expressam posicionamentos frente às mudanças sociais. Em outros termos, a reflexividade metalinguística está intimamente ligada a questões sociais, morais e políticas que forjam determinados regimes de verdade sobre como a língua é, como deve funcionar e qual a sua relação com a realidade.

No caso do X, tal reflexividade é exacerbada pelo fato de afetar somente a língua escrita. O X não pede pra ser falado. Sua radicalidade não é só social; é estrutural. Em sociedades grafocêntricas, onde a escrita ocupa um lugar central, a vigilância institucional de agências normatizadoras (dicionários, academias de letras, escolas, universidades, livros didáticos etc.) sobre a escrita é ampliada. De saída, poderíamos imaginar que o grafocentrismo subverte o que estamos chamando de regime de verdade fonofologocêntrico, no qual a escrita é entendida como simples derivação da língua oral – essa sim, filosófica e cientificamente valorizada,

pois, apenas a *phonie* teria a capacidade de refletir um verdade não-linguística transcendental.

No entanto, essa é uma compreensão um tanto apressada. Como veremos adiante, nos argumentos em defesa da tradição presente na língua escrita, não há, de fato, uma inversão que abale a dicotomia (oral/escrito). Essa veneração da escrita em nossas sociedades não questiona ou desnaturaliza os pressupostos que constituem tal binarismo, que sempre esconde uma hierarquia violenta. Em outras palavras, a escrita não deixa de ser entendida como uma derivação de um sentido original e auto-idêntico, de um ser ou de uma essência não-linguística preexistente à condição de ser referida. Não é por um acaso, que em metadiscursos de linguistas e de gramáticos<sup>7</sup>, mudar a escrita de gênero gramatical não é mudar de gênero social, pois esse é visto como algo possuidor de uma suposta verdade pré-discursiva, que emana da Voz e é apenas transposta ou refletida na escrita. Contrariando o próprio princípio de arbitrariedade da língua, postulado por Saussure, a escrita seria, então, a ‘representação (escrita)’ da ‘representação (oral)’ da origem (ser), ou ainda, o ‘significante (*gramma*)’ do ‘significante (*phoné*)’ do significado.

---

<sup>7</sup> Utilizamos o masculino genérico aqui deliberadamente.

Portanto, podemos entender tais metadiscursos sobre o gênero gramatical como “instrumentos políticos de estruturação do campo social (hierarquização e legitimação de uma dada ordem sociolinguística)” (SIGNORINI, 2012, p. 110) e da língua. Estudar discursos sobre a língua pode nos ajudar a entender como certos regimes de verdade a constituem e, conseqüentemente, compreender como usuárixs dessa língua enfrentam e (re)organizam o social.

### **Escrituras de gênero como imundície verbal**

Como outras línguas românicas, o português marca gênero nos substantivos, pronomes, artigos, adjetivos, participios passados e gerúndios nominalizados, possuindo assim gênero lexical, morfológico e gramatical. Apesar da ubiquidade dessa categoria linguística, são poucos os estudos sistemáticos sobre gênero gramatical no português. O conhecimento disponível, em geral, deriva de análises linguísticas presentes em gramáticas que pouco problematizam a relação entre gênero gramatical e gênero social, construindo um regime de verdade fonofalocêntrico no qual essa relação é postulada como natural e inevitável. Isso, de fato, não surpreende, pois a linguística tende a colocar o social entre parênteses (BOURDIEU, 1996; BAGNO, 2013) para garantir uma pretensa objetividade científica. Mattoso Câmara (1975, p. 77), por exemplo, argumenta que “o caráter

masculino ou feminino da palavra está imanente na palavra e é de natureza lexical” e não social. Nesse sentido, o fato de o português (como outras línguas) possuir masculino genérico (i.e. o uso do masculino para se referir à humanidade como um todo) é tido como um simples fenômeno linguístico e não como um produto de convenções sociais e políticas de sociedades patriarcais.

Na língua inglesa, por exemplo, o clássico estudo diacrônico de Ann Bodine (1975) mostra que o masculino genérico é produto da institucionalização de gramáticas prescritivas entre os séculos XVII e XVIII que, por serem elaboradas por homens (até então as mulheres não eram aceitas na ciência), impuseram seu gênero como metonímia da humanidade. O argumento de Bodine foi tão contundente que motivou uma plêiade de outros estudos. Em seu conjunto, essas investigações acabaram por forjar o que hoje se entende por linguística feminista (PENELOPE, 1982; CAMERON, 1992; PAUWELS, 1998; ABOU, 2011; ABOU E BAIDER, 2016). A crítica feminista da língua, em contextos anglo-saxões, teve de fato resultados concretos: manuais de escrita não sexista foram publicados (MILLER E SWIFT, 2002) e instituições normatizadoras, como universidades e dicionários, hoje em dia, recomendam que se evitem estruturas claramente sexistas como o uso o masculino genérico. Obviamente, essas mudanças linguísticas não

aconteceram sem antes terem sido alvo de discursos fortemente contrários às intervenções feministas (PENELOPE, 1982; CAMERON, 2012).

Embora o feminismo brasileiro seja um movimento social e acadêmico robusto, Joana Pinto e Suzana Badan (2012), em sua revisão de 20 anos de publicações feministas sobre o português do Brasil, sugerem que as preocupações de nossas linguistas feministas se concentraram no nível do discurso e deixaram de problematizar o sexismo materializado no nível do sistema. O estudo de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007) é uma exceção. No português, como discute essa autora, o masculino genérico é esperado em textos que se referem a um grupo misto de pessoas (como, por exemplo, o cartaz afixado no mural do Pedro II discutido acima) e qualquer inovação em seu uso (e.g. o X) causa estranhamento e engendra discursos higienistas que visam a defender o caráter não-marcado do masculino. Nesse contexto, Caldas-Coulthard (2007:234) argumenta que embora o gênero gramatical pareça um mero detalhe da língua, uma investigação que concilie análises de nível sistêmico e discursivo pode apontar para questões sócio-políticas mais amplas. Em outros termos, assim como o gênero social é marcado por relações de poder, o gênero gramatical é permeado por assimetrias que extrapolam o linguístico e alcançam o social e vice-versa.

O caso do colégio Pedro II não pode ser analiticamente entendido sem esse entrelaçamento entre o nível do sistema da língua e os discursos que o regimentam e (re)inventam, ou seja, as práticas de higiene verbal que provocam. No nível sistêmico, o X faz mais que desafiar a institucionalização do masculino genérico. Sua ousadia está em perturbar a norma, dobrá-la sobre si e desessencializar um aspecto linguístico fortemente naturalizado; numa visada derridiana, o X apaga a relação especular entre realidade, oralidade e escrita e desafia a primazia da episteme fonofologocêntrica da ciência linguística e do senso comum. No nível discursivo, essa novidade, por desestabilizar a pretensa naturalidade do gênero (gramatical e social), engendra acalorados debates nos quais se confeccionam discursos que podem nos dizer muito sobre nossa relação não só com a língua, mas, sobretudo, com as mudanças sociais que nos circundam.

Ao invés de limpar a língua, de higienizá-la, essa mudança politicamente motivada do sistema, faz é sujá-la. Em contraponto ao que Cameron chamou de “higiene verbal”, entendemos que o X e outras inovações de gênero gramatical são um tipo de “imundície verbal” que desafia o fonofologocentrismo, tirando a língua de um lugar de pureza e lhe contaminando com usos mundanos, políticos e éticos. A radicalidade estrutural e social dessas inovações linguísticas

nos leva a considerá-las como uma espécie de imundície, pois elas não pretendem limpar a língua, mas sim bagunçá-la, desafiam o purismo linguístico, embaralham os binarismos do nível sistêmico (oralidade/escrita; significado/significante, etc.), contaminam a língua com uma agenda política e assim tiram-na de sua zona asséptica de conforto. Essas inovações linguísticas são metapragmaticamente atravessadas por duas dimensões significantes.

A primeira dessas dimensões se refere a ideologias linguísticas (KROSKRITY, 2004; MOITA LOPES, 2013) que entendem essas inovações como um tipo de sujeira, uma falta de cuidado e asseio com a ordem estabelecida, como aquilo que provoca caos e deve ser extinguido para que a língua (e a sociedade) se mantenha limpa e desinfetada tanto linguística quanto politicamente. Ideologia mantida e perpetuada pelos “amantes” do bom português. Faz bem lembrar, como salienta Susan Gal (1995), que ideologias linguísticas raramente se restringem ao âmbito da linguagem. Com efeito, o que as faz analiticamente potentes como forma de crítica social é o fato de que tais ideologias “são sistematicamente relacionadas a outras áreas como a natureza das pessoas, do poder e de uma ordem moral desejável” (GAL, 1995, p.171). As guerrilhas motivadas pela notícia do uso do X no colégio Pedro II são bons exemplos da ideologia linguística que

entende essa inovação como uma sujeira indesejável. Essa tentativa de proteger a pureza da língua acontece a partir da avaliação do desleixo moral do colégio e dxs professorxs que estariam apoiando a degenerescência intelectual e política de alunxs.

No dia 23 de setembro de 2015 (às 3 da manhã!), o jornalista Reinaldo Azevedo publica em sua (agora, extinta) coluna *online* na revista *Veja* sua apreciação do caso do colégio Pedro II.<sup>8</sup>



Figura 3

O título da postagem não faz referência alguma ao uso do X, diferentemente da notícia publicada no dia anterior pelo jornal *O Globo*. Azevedo parece denunciar que a

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/patrulha-gayzista-e-feminazi-chega-ao-colegio-pedro-ii-uma-instituicao-federal/>. Acessado em 20 de abril de 2017.

instituição de ensino fora invadida por grupos de inclinação fascista, ditatorial e violenta, o que fica claro nos neologismos “gayzista” e “feminazi” que, não é difícil perceber, fariam parte do campo semântico de “nazista”. Teria, então, a escola se transformado em um campo de concentração, por assim dizer, controlado por gays e feministas desumanxs? Só descobrimos o motivo de seu desassossego no corpo do texto. Consternado, Azevedo explica: “A escola federal [...] já está submetida à ditadura das patrulhas dos grupos gays e feminazis, que pretendem, atenção!, “suprimir o gênero” das palavras no singular ou no plural quando elas designarem tanto homens como mulheres. Assim, no lugar do “o” e do “a”, entra uma letra “x””.

O que provoca a ira de Azevedo não é só a inovação de gênero gramatical e a decadência da língua, mas os movimentos sociais que interferem no sistema com motivos políticos. Para este comentarista, o X causa asco e, em sua tentativa de limpar a língua (e o colégio) dessa imundície, o jornalista desqualifica os indivíduos que têm historicamente lutado por uma sociedade mais igualitária. A reflexividade metalinguística de Azevedo, ao falar sobre a língua, fala mais ainda sobre quem a usa. Seus comentários deixam claro que sua preocupação primeira não é a integridade linguística, mas uma suposta lisura moral da escola, que, segundo ele, está sendo corrompida. Em outras palavras, ao discorrer sobre a

língua, Azevedo se mostra mais preocupado com “a natureza das pessoas, do poder e de uma ordem moral desejável” (GAL, 1995, p.171). Para ele, essa imundície verbal (e moral) é índice de mudanças sociais que ele abomina.

Cameron (2012) observa que as tentativas de blindar a língua das sujeiras do mundo também tomam forma em discursos de especialistas. Comum nesses discursos é a separação radical entre o linguístico e o social. Defende-se a língua ao colocá-la numa torre de marfim, por assim dizer, e apartá-la do que xs usuárixs fazem com ela e pensam sobre ela. Esse é o posicionamento dxs linguistas Gisella Collischnonn e Luiz Carlos Schwindt publicado no jornal *Zero Hora* em 12 de dezembro de 2015 no qual explicam no subtítulo de seu texto, “por que a distinção entre gênero social e gramatical é necessária ao idioma”<sup>9</sup>. Segundo xs professorxs, gênero gramatical em português não é necessariamente vinculado à categoria semântica sexo. De fato, há palavras como “bolo” e “casa” em que o gênero gramatical é inerente à palavra e é de caráter lexical, não social. Explicam ainda que em somente 13% dos substantivos do português há convergência entre gênero gramatical e

---

<sup>9</sup>

Disponível

em

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/por-que-a-distincao-entre-genero-social-e-gramatical-na-lingua-portuguesa-e-necessaria-ao-idioma-4928930.html>. Acesso em 25 de abril de 2017.

social, como as palavras “o engenheiro” e “a advogada”. Xs linguistas, contudo, ao se referir ao masculino genérico, asseveram que “‘Todos’ inclui homens e mulheres; ‘todas’ só inclui as mulheres. Em muitas línguas, o gênero não marcado é o masculino, e isso não significa uma relação de poder do homem sobre a mulher.” Com efeito, essa é a base analítica do argumento central de Collischonn e Schwindt; para xs linguistas, como deixam claro no título de seu artigo, “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. Trocando em miúdos, uma coisa é a língua e suas categorias inerentes e necessárias; outra coisa é a vida social e suas mudanças irrefreáveis.

Essa análise ignora a discussão de linguistas feministas como Bodine (1975), Penelope (1982), Pauwels (1998) e Abbou (2011) que têm justamente problematizado o fato de que certas convenções linguísticas não são naturais à língua, mas sim frutos de convenções e negociações políticas. O caráter não-marcado do masculino, como demonstra a detalhada pesquisa diacrônica de Bodine (1975), só se institucionalizou na língua inglesa entre os séculos XVII e XVIII. Até então, em diversos contextos, o masculino genérico convivia (quase que) harmoniosamente com o uso do pronome plural de terceira pessoa “they” com referente

singular.<sup>10</sup> Ou seja, embora em alguns substantivos (como “bolo” e “casa”) o gênero gramatical não seja de fato uma questão de poder, quando o assunto é a distinção de gênero social, o gênero gramatical serve como catalisador de desigualdades. O que xs linguistas fazem nesse artigo é tentar delimitar fronteiras muito claras entre língua e sociedade, como se uma não dependesse da outra, como se uma não retroalimentasse a outra. Segundo essxs especialistas, tais inovações de gênero gramatical ignoram questões caras para a ciência linguística. Aqui, ao contrário, nos perguntamos: Mas e as questões caras para quem usa a língua e percebe nesse uso relações desiguais de poder?

A palavra *imundície* deriva do latim *imundus* (sujo) que, por sua vez, é formada pelo prefixo negativo *in-* com o substantivo *mundus* (limpo ou mundo). Assim, a segunda dimensão significativa que atravessa essas inovações de gênero gramatical as enquadra como uma forma de retirar a língua de sua zona de conforto, de desafiar seu *status quo*, de sujá-la, por assim dizer, com interesses políticos específicos e

---

<sup>10</sup> O uso de *they* no singular voltou a ser considerado correto e, de fato, tornou-se a opção não marcada, sendo reconhecido por instituições regulamentadoras como o *Oxford Dictionary*. Em certos contextos informais de uso, este pronome tem substituído até mesmo os possessivos *his* (dele) e *her* (dela). Pode-se dizer, por exemplo, *John brought their computer* (i.e. John trouxe o computador dele). No português, o masculino genérico ainda carece de estudos detalhados (ver, contudo, CALDAS-COULTHARD, 2007).

retirá-la de seu pedestal como sistema abstrato de signos, inserindo-a no mundo, *in mundus*. Ou seja, se na vida hodierna o gênero não é uma prática tão dicotômica e binária quanto discursos essencialistas e a escrita normatizada em gramáticas apregoam, rasurar o gênero gramatical com o X ou através de outras estratégias implica encardir a língua com a instabilidade e a fluidez do social. Imundiçar a língua é, portanto, colocá-la no mundo, lá mesmo onde ela pode contribuir para mudança social. Tal ideologia está relacionada a grupos que lutam contra opressões de gênero e sexualidade como os ativismos feminista e LGBTQ.

Aqui vale ressaltar o que disse o Reitor do colégio Pedro II, Oscar Halac, ao rebater as críticas sobre o uso do X na instituição. Halac afirma em uma entrevista para o jornal *O Globo*: “No Pedro II, adotamos o posicionamento de respeitar o ser humano. Não adianta formar um expert em matemática ou português se não formar também um cidadão. Inserir os alunos [sic] no contexto de uma sociedade cidadã deveria ser um compromisso de todas as escolas.”<sup>11</sup> Talvez ainda mais relevante para nossos propósitos aqui seja o posicionamento

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/reitor-do-pedro-ii-rebate-criticas-ao-termo-alunxs-17608899> acessado em 20 de abril de 2017.

de uma aluna do Pedro II em entrevista não estruturada com o primeiro autor deste artigo:

Na escola tem mulher, tem homem, tem bicha, tem lésbica, tem trans, tem hetero, tem bi. Tem gente que diz que é os dois gêneros, tem gente que não tem gênero nenhum. Tem de tudo um pouquinho. Então não tem porque falar só de alunos, porque não somos só alunos. O coletivo feminista do CPII já usa o X há bastante tempo porque achamos que é mais inclusivo, é sem gênero, cada uma entende como quiser, é mais aberto, deixa o gênero no ar. Sinto orgulho de minha escola usar o X porque o CPII foi sempre muito tradicional, mas agora mostra que está começando a se preocupar com a realidade da escola, com os privilégios que certas pessoas tem, com os problemas diários que a gente sofre por viver numa sociedade machista como a nossa. Se tá errado ou certo não me importa. O que me importa é que faz diferença.

O depoimento dessa aluna é diametralmente oposto ao do jornalista e dxs linguistas que mencionamos antes. Ela enfatiza aqui que língua e sociedade não podem ser entendidas como estratos independentes de nossa existência. Com efeito, a aluna deixa entrever aqui que “o gênero, entendido como uma categoria gramatical, não pode ser pensado de forma independente de seu contexto cultural” (ABBOU E BAIDER, 2016, p. 5). Afinal, se na escola tem

“mulher, homem, bicha, lésbica, trans, hetero, bi”, a distinção de gênero gramatical não dá conta, para ela, do fato de que no Pedro II há “de tudo um pouquinho”. A entrevistada coloca, assim, o social no centro do linguístico; coloca a língua no mundo, *in mundus* e a suja com suas motivações políticas, morais e éticas.

Como indicamos no título deste artigo, entendemos essas imundícies verbais menos como uma escrita e mais como uma *escritura*, que além de inverter a dicotomia oral/escrito – como faz a sociedade grafocêntrica – também questiona as premissas do fonofalocentrismo. Aqui vale discutir um pouco a distinção entre escrita e *escritura* sugerida por Derrida. Enquanto aquela é uma técnica entendida como uma “imagem” uma “deturpação” de uma fala original (tal qual foi concebida de Platão à Saussure), a *escritura* é um princípio de diferenciação sem origem.

Em seu projeto de desconstrução, Derrida (2013[1967]) argumenta que aquilo que caracteriza a escrita também se encontra na fala. A ausência de uma presença – dxs interlocutorxs em uma conversa e da “coisa mesma” sobre o qual se fala, por exemplo – não é uma característica apenas da escrita, mas é um princípio geral da linguagem. Isso porque a noção de língua para Derrida tem um tratamento um tanto diferente daquele dado por Saussure. Para o precursor da linguística moderna, a língua é um sistema abstrato

sincronicamente presente, no qual um elemento significa em oposição a outro elemento ausente e representa-se pela fala. Além disso, Saussure elabora seu conceito de língua excluindo a escrita, pois a essa seria reservada um lugar sempre exterior, secundário, seu papel é meramente técnico em relação à fala, que cabe re-apresentar.

Trazendo para a discussão exatamente aquilo que Saussure exclui de sua Linguística Geral (a escrita), Derrida (assim como xs professorxs e a aluna do Pedro II que entrevistamos) entende a língua como uma máquina de produção de *differánce*. O *a* da *différance* desestabiliza a primazia da fala e, acima de tudo, mostra de forma incontornável que não há elementos que possam ser re-apresentados; tais elementos estariam lá apenas como fantasmas, como uma promessa nunca realizada, ou ainda, como um *rastro*. Desse modo, não haveria significados puros e independentes, nem o significante como algo materializado. Um significante sempre remete a outro significante, não havendo nenhum significado transcendental, apriorístico – uma coisa “enquanto tal”. Todo o sentido seria estabelecido em uma cadeia de elementos em que um conceito remete a outro em um jogo de diferenças. Temos somente articulações entre eles, isto é, o sentido é formado em uma rede constituída pela *différance* e pelo *rastro*. Essa cadeia leva-nos aquilo que Derrida chama de *escritura*.

Desse modo, entendemos que a *escritura* não só inverte o lugar secundário da escrita (como deturpação), mas coloca a própria deturpação e, no caso em tela, a imundície verbal, como princípio não-negativo: para a linguagem há apenas um movimento referencial interminável de significante para significante, que jamais encontra uma origem. Porém, uma vez que não há uma presença, o que garantiria uma fixação mínima de sentidos de forma que as palavras possam ser, de alguma maneira, legíveis e seus sentidos compartilhados, dicionarizados? Para Derrida (1991), o que garante essa legibilidade é a característica repetível e disseminadora da linguagem. Assim, o filósofo elabora dois conceitos complementares: “iterabilidade” e “citacionalidade”.

Derivado do sânscrito *itara*, “outro”, a iterabilidade é a propriedade do signo de ser sempre outro na sua mesmidade, a repetição na alteração; ou seja, a repetição mesmo com ausência dx destinatárix e do querer-dizer dx locutorx. Citacionalidade, por sua vez, é a propriedade do signo de ser retirado de seu contexto “original” e deslocado para outro, e por isso mesmo produzir significado (nesse sentido, ver BORBA, 2014). Essa seria uma característica geral da *escritura*: ela não reflete uma realidade anterior, tampouco está presa a um contexto específico; ela é sempre marcada por uma ruptura, uma *differánce*. A partir dessa

visada teórica, por ser privado de um referente original, todo signo (seja fônico ou gráfico) pode ser enxertado, citado, retirado de seu contexto e, ainda assim, continuar legível e provocar efeitos. Assim escreve Derrida (1991, p. 413),

Pertence ao signo ser justamente legível mesmo se o momento de sua produção está irremediavelmente perdido e mesmo se eu não souber o que o seu pretendo autor-escriptor [sic] quis dizer com consciência e com intenção no momento em que escreveu, quer dizer, abandonou à sua deriva essencial.

Então, a *escritura* parece desafiar a valorização da escrita, entendida em sociedades grafocêntricas como algo mais sólido e menos perecível. Instituições que estruturam os regimes de letramentos hegemônicos (como escolas, universidades, tribunais, etc.) insistem que a escrita, por ter um suporte físico aparentemente mais estável, conhece maior permanência que a fala, que é irremediavelmente mutável. Seria na escrita que a consciência do interlocutor estaria para sempre guardada. Afinal, como diz o ditado, *verba volant, scripta manent* (i.e. palavras faladas voam, as escritas permanecem). No entanto, a *escritura* imundeia a língua, contorce radicalmente tal percepção, pois nenhum signo está seguro, nenhum signo tem uma fronteira fixa, reflete uma fala original e um querer-dizer autêntico. Arriscamos dizer que em

sociedades grafocêntricas, mais do que uma valorização da escrita, haveria uma intensificação do controle e da vigilância sobre ela por conta de sua característica instável e disseminadora. Reinaldo Azevedo e sua guerra contra as intervenções linguísticas de “gayzistas” e “feminazis” no Pedro II não nos deixa mentir.

No que se refere ao X em questão, ao desafiar a escrita, a *escritura* também provoca a forma dicotômica e heteronormativa dos gêneros, uma vez que aquilo que torna possível tal construção é o entendimento fonofalocêntrico que postula verdades pré-discursivas, até mesmo para os corpos: as designações masculina e feminina seriam apenas reflexo de uma realidade anterior e exterior à língua. No entanto, para as pessoas que reescrevem os gêneros na língua, essa percepção é invertida. Para elas, língua e realidade estão intrinsecamente relacionadas. Não é por acaso que a aluna do Pedro II relata que em sua escola “Tem gente que diz que é os dois gêneros, tem gente que não tem gênero nenhum. Tem de tudo um pouquinho. Então não tem porque falar só de alunos, porque não somos só alunos.” Poderíamos dizer que, para essxs usuárixs, imundiçar a língua seria intrometer-se na realidade, sujar o real com o linguístico e o linguístico com o real. Nesse cenário, não importa tanto se

o uso do X está certo ou errado, mas sim que a mudança do sistema “faz diferença” na vida das pessoas.

### **O X da questão: letramentos de intervenção e políticas da *différance***

O uso do X e outras imundícies em contextos escolares não é uma prática exclusiva do Colégio Pedro II. No segundo semestre de 2015, por exemplo, o Grupo Diversidade, um coletivo de alunxs LGBT da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), organizou a sua primeira semana de integração. O seguinte cartaz estava afixado na entrada do campus.



**Figura 4**

Contudo, não foi tanto esse cartaz, tampouco as diversas oficinas, palestras e eventos culturais que

aconteceram naquela semana, que causaram enorme incômodo nos corpos discente, docente e técnico. Os motivos da discórdia foram inúmeras placas afixadas pelos coletivos nos banheiros femininos e masculinos da instituição; escritas que imundiçavam a língua e dessencializavam os gêneros e que, de alguma maneira, pareciam disseminar a desconstrução da língua e dos corpos, para além dos espaços que foram designados para a realização de tal evento. Trazemos aqui dois exemplos que, assim como o X, reescrevem e dessencializam os gêneros.



Figura 5



Figura 6

Qual o motivo para uma placa explicativa sobre os símbolos femininos e masculinos fixados nas portas dos banheiros? E ainda, porque essas placas causaram tanta irritação e desconforto em muitas pessoas? Parece-nos que mais do que uma paráfrase que procura dizer com outras palavras a mesma coisa e, desse modo, “esclarecer” e complementar um sentido que já estaria ali; mais do que um movimento que fixa e controla os sentidos, as placas fazem o movimento inverso. Elas deslocam o sentido do símbolo, tiram dele sua estabilidade, sua pretensa presença de um original, sua relação supostamente mais natural entre os

corpos duais (significantes) e as suas respectivas reapresentações dicotômicas (significados)<sup>12</sup>. Assim como o X que discutimos acima, essas paráfrases transformam os símbolos masculino e feminino em significantes que escorregam e se desdobram em tantos outros; significantes que reescrevem, dessa maneira, as inúmeras formas de ser feminino e masculino, de ser mulher e de ser homem: trans, cis, hétero, gay, assexual, negrx, brancx, etc. A reflexividade metapragmática dxs usuárixs que escrevem essas paráfrases perturbadoras mostra que os símbolos masculino e feminino, bem como os termos “homem” e “mulher”, não são significantes tão inclusivos como quer a linguística (veja, por exemplo, o argumento dxs linguistas que discutimos anteriormente).

Essa característica incontrolável da disseminação dos signos e da imundície verbal é que causou tanto incômodo no campus universitário. Em depoimento em sua página do Facebook, um dxs professorxs que colaborou com xs alunxs na organização do evento, relata o seguinte:

---

<sup>12</sup> Para Saussure (1995 [1917]), diferentemente do signo que teria uma relação arbitrária, “o símbolo tem como característica ser jamais completamente arbitrário, ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre significante e o significado” (p.82). No entanto, a desconstrução de Derrida (2013[1967]) mostra como essa distinção está baseada em uma metafísica da presença. Aprendemos com Derrida e com as intervenções ora analisadas que não há “símbolo e signo e sim um vir-a-ser-signo do símbolo” (p.58), ou melhor, um símbolo que sempre pode ser transformado em significante.

as placas que foram colocadas nos banheiros não chegaram a durar sequer uma semana. A maioria foi arrancada no mesmo dia. Vale lembrar que houve funcionários [sic] e DOCENTES [sic] que foram à direção reclamar sobre a existência das placas, tanto é que algumas pessoas exigiram o carimbo da direção. Tudo no intuito de desmerecer a intervenção d@s alun@s e, claro, a legitimidade da causa. Dias depois eu imprimi mais e novamente tudo foi arrancado em poucas horas....Enfim, havemos que progredir nessa questão.

O fato de essas placas terem sido colocadas, retiradas e recolocadas é indício de que essas intervenções semióticas são compreendidas como um tipo de imundície que perturba o cotidiano escolar e que não é nele bem-vinda. Com essas imundícies, o controle fonofalocêntrico sobre a escrita e sobre o processo de significação é perdido. A segurança ontológica promovida pelas dicotomias masculino/feminino é abalada. Não é por acaso que a placa foi arrancada repetidamente da porta, até porque a escrita sai do espaço que lhe era destinado; ela não está nos papéis da carteira escolar, da mesa de professorxs e dxs funcionárixs, não está nos murais para ela reservados, etc. A escrita é desenhada na porta do banheiro, que mais do que um simples objeto físico que separa, é também um significante que delimita a

passagem ou a entrada de corpos no território da intimidade. Ao imundiçar a placa das portas (o lugar de passagem), a certeza de símbolos que pareciam tão naturais, tão esquadrinhados e separados se desmancha no ar (ou, melhor dizendo, na porta do banheiro).

No entanto, se “lá onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2003, p.91), as placas foram, por várias vezes, recolocadas. Assim, a despeito da vigilância e do controle escolar reiterados por metadiscursos de grande parte de estudiosxs da linguagem, o uso do X e tantas outras intervenções na língua continuam disseminando-se fora e dentro das escolas. Isso porque essas imundícies importam para as pessoas e quando entram no espaço escolar “fazem diferença”, como falou a aluna do Pedro II, acima. Mas em que sentido podemos entender que essas inovações fazem diferença? Como já dissemos, elas reescrevem os gêneros e denunciam o seu caráter socialmente construído e heterogêneo – “há diversas formas de ser mulher e diversas formas de ser homem”, “tem de tudo um pouquinho”. Nesse sentido, essas reescritas que insistem em estar na escola funcionam como um tipo de letramento de intervenção.

No latim, a palavra *intervenio* significa “estar entre; sobrevir e entremeter-se” – signos que parecem indicar a centralidade das dimensões coletiva e agentiva nesse tipo de ação. Letramentos de intervenção “sobrevêm”, ou seja, vêm

depois de algo, reescrevem e (res)significam uma escrita anterior hegemônica, concebida tradicionalmente como neutra ou como um simples reflexo da realidade. Além disso, trata-se de uma escrita que “está entre” as pessoas; ela não é tecida em isolamento, como tradicionalmente se concebe a escrita escolarizada, mas é um processo que se constrói no coletivo e para além dos lugares de controle que lhe foram destinados. Dessa forma, essas intervenções imundiçam o cotidiano escolar, colocam a vida *in mundus* morais, políticos e éticos. Esse tipo de letramento recria e ressignifica realidades, fazendo assim a *differánce* – ou seja, essas intervenções reescrevem e re-imaginam uma escrita heteronormativa e fonofologocêntrica, produzindo dobras em lugares de poderes institucionalizados (escola, mídia corporativa, etc.). Como mostramos com os casos do Pedro II e da UFRRJ, esses coletivos de estudantes recriam escritas, contorcem a ordem estabelecida, imundiçam o letramento, e dão visibilidade às questões sociais e políticas que atravessam a língua, questionando assim arranjos de poder.

### **Considerações finais**

Buscamos apontar neste artigo que esses letramentos de intervenção, ao imundiçarem a língua em contextos escolares, mostram movimentos de resistência e de rearticulação de normas, que, paradoxalmente, só funcionam

por causa da sua própria ineficiência: já que a norma não tem uma essência, uma origem, ela precisa ser continuamente repetida, fixada e controlada. O escândalo na mídia corporativa em torno do uso X em uma escola considerada o berço da tradição, bem como a revolta em relação às reescritas nas portas dos banheiros de uma instituição de ensino superior mostram a força desta vigilância. No entanto, poderíamos dizer, com Butler (2003), que se essas repetições criam as dicotomias de gênero que paralisam, excluem e estereotipam, tornando as diferenças vulneráveis, elas também são repetições que falham, que estão à deriva e servem de terreno para rearticulação de significantes, que desafiam cotidianamente às normas escolares sobre a naturalidade dos gêneros e da língua.

Assim como o X traz uma dose de enigma e indeterminação à aparente relação especular entre signos fônicos e signos gráficos (como ler o X?) e abala a lógica fonofalocêntrica, outras intervenções de gênero na língua colocam sob rasura uma forma binária de ensinar/aprender. Como destacam Lima e Borba (2016), na escola, tradicionalmente, aprender significa “deixar-se capturar pelo ‘ou’, aceitar seus termos e agir dentro dos limites que ele estabelece: (...) você é um branco ou um negro, um homem ou uma mulher, ou rico ou um pobre?” (p.80). Poderíamos continuar com essas cadeias dicotômicas *ad infinitum*, mas

como elas falham, podemos também interrompê-las, mostrar toda a violência que as constitui. Nesse sentido, tais letramentos de intervenção nos mostram que mais importante do que a padronização da língua (o que está certo ou errado), a escola também é um espaço de rearticulações, ou melhor, um território para imundícies verbais onde as dicotomias do “ou” cedem lugar para lógica subversiva do “e” (Lima e Borba, 2016). Por exemplo, no caso da UFRRJ, as portas de banheiros sinalizavam uma passagem não só para homens “ou” mulheres, mas sim a entrada de heteros e cis e trans e bis e assexuais e brancxs e negrxs, etc. De forma semelhante, rasurar o gênero gramatical com o X esgarça o campo semântico-pragmático de seu alcance: se, gramaticalmente, as desinências “o” e “a” têm referentes bem circunscritos (e, portanto, excludentes), o X abarca todxs por conta de sua indeterminação.

Esses fenômenos indicam que a lógica binária do “ou”, base de nossos currículos oficiais, não dá conta de abarcar toda a complexidade da vida social. Assim, a ideologia linguística na qual “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”, ao excluir o social da língua, também é embaralhada. Nessas práticas cotidianas que intervêm e imundiçam os contextos escolares, língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas. Como tentamos argumentar aqui, bagunçar as bem comportadas convenções linguísticas

envolve a possibilidade de “fazer a diferença”, de repetir a realidade de uma forma radicalmente distinta, de (re)imaginar futuros e de (re)desenhar territórios de forma que estes não fiquem encerrados em conceitos fixos, puristas e acabados. Tais imundícies e intervenções trazem para o centro do cotidiano a potência das rupturas, das dobras e das reinvenções que insistem em povoar a vida social e nos motivam, assim, a pensar e a agir diferentemente.

## Referências

- ABBOU, J. Double gender marking in French: a linguistic practice of antisexism. *Language Planning* 12(1):55-75, 2011. \_\_\_\_\_; BAIDER, F. Periphery, gender and language: an introduction. In: \_\_\_\_\_ (eds), *Gender, language and the periphery: grammatical and social gender from the margins*. Amsterdam:John Benjamins, 2016, p. 1-24.
- BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo:Parábola, 2013, pp. 355-387.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge:Cambridge University Press, 2003.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido*. Rio de Janeiro:Zahar, 2004.
- BODINE, A. Androcentrism in prescriptive grammar: singular ‘they’, sex-indefinite ‘he’, and ‘he or she’. *Language in Society* vol. 4, n. 2, p. 129-146, 1975.
- BORBA, R. Injurious signs: the geopolitics of hate and hope in the linguistic landscape of a political crisis. In.: PECK, A.; WILLIAMS, Q.; STROUD, C. (eds.), *Over the rainbow: Precarity and hope in linguistic landscapes*. London:Bloomsbury, no prelo.

\_\_\_\_\_. A linguagem importa? Performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu* 43, p. 441-474, 2014.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo:Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: Feminismos e a subversão da identidade*. São Paulo:Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro Colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso y Sociedad* 1(2):230-246, 2007.

CAMERON, D. Demythologizing sociolinguistics: Why language does not reflect society. In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T. (eds.), *Ideologies of Language*. Londres:Routledge, 1990, p. 79-93.

\_\_\_\_\_. *Feminism and linguistic theory*. London:Palgrave, 1992.

\_\_\_\_\_. *Verbal hygiene*. London:Routledge, 2012.

\_\_\_\_\_. Gender and language ideologies. In: EHRILICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (eds.), *The handbook of Language, Gender, and Sexuality* 2<sup>nd</sup> ed.. Oxford:Wiley Blackwell, 2014, p. 281-296.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo:Perspectiva, 2013 [1967].

\_\_\_\_\_. *Margens da Filosofia*. Campinas:Papirus, 1991.

FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo:Parábola, 2013, p. 259-275.

FOUCAULT, M. *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. New York:Pantheon Books, 1980.

\_\_\_\_\_. *A História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. São Paulo:Grael, 2003.

GAL, S. Language, gender, and power: An anthropological review. In: HALL, K.; BUCHOLTZ, M. (eds.), *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self*. Londres:Routledge, 1995, p. 169-182.

HALL, K. X (rated). In: MALTI-DOUGLAS, F. (org.), *Encyclopedia of Sex and Gender*. Detroit:McMillan Reference USA, 2007, p. 1561-1562.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa S/C LTDA. Rio de Janeiro:Autêntica, 2001.

KROSKRITY, P. (ed.). *Regimes of languages: ideologies, politics and identities*. Santa Fe:School of American Research Press, 2004.

LIMA, F.; BORBA, R. Sobre (des)aprendizagem e multidões queer: rizomas, multiplicidades e a política menor. In: SANTOS, D. (org.), *Gênero e Diversidade Sexual: Teoria, política e educação em perspectiva*. Tubarão:Copiart, 2016, p. 79-114.

MATTOSO CÂMARA JR., J. Considerações sobre o gênero em português. In: \_\_\_\_\_, *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975, pp.115–129.

MILLER, C.; SWIFT, K. *The handbook of non-sexist writing*. New York:Harper and Row, 2002.

MOITA LOPES, L. P. (org.). *O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo:Parábola, 2013.

PAUWELS, A. *Women changing language*. London:Longman, 1998.

PENELOPE, J. Power and the opposition to feminist proposals for language change. *College English* 44(8):840-848, 1982.

PINTO, J.; BADAN, S. Feminismo e identidades no cerne dos princípios de pesquisa. *Calidoscópico* 10(2):133-139, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo:Cultrix, 1995 [1917].

SIGNORINI, I. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, M. (org.), *Linguística da norma* 3ª ed. São Paulo:Loyola, 2012, p. 85-114.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.), *Linguística da Norma* 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 155-178.

WOOLARD, K. A. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In. SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. (eds.), *Language ideologies: practice and theory*. New York:Oxford University Press, 1998, p. 1-42.